

**Apesar da marca de 6 milhões de processos em tramitação, PJe ainda é um desafio para usuários**

PÁG. 4



## CONJUNTURA

### *Fora todos!*

O JOGO POLÍTICO NÃO PODE SABOTAR AS LEGÍTIMAS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA, EM BUSCA DE DIREITOS E DIGNIDADE.

PÁG. 2

## ENTREVISTA

TIRE SUAS DÚVIDAS SOBRE O PROCESSO DE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO NO TRE-PA.

PÁG. 5

## ACONTECEU

CONHEÇA OS MEMBROS DO NOVO CONSELHO FISCAL DO SINDJUF-PA/AP - TRIÊNIO 2016/2019.

PÁG. 7

**13,23%**  
PARA TODOS

## JURÍDICO

Reconhecimento dos 13,23% pela maioria dos tribunais superiores, abre caminho para a incorporação do benefício a toda categoria.

PÁG. 6

# Fora todos!

Por **Ângelo Passos**

Coord. de Formação Sindical e Sindicalização do SINDJUF-PA/AP

A crise político-econômica vivida atualmente pelo Brasil, para uma melhor compreensão, requer que seja interpretada também à luz da geopolítica internacional, que por sua vez exerce forte influência em todo o mundo, onde o Brasil não é exceção. O Império Norte Americano, além de se encontrar envolto em uma grande crise econômica, luta desesperadamente para tentar se reposicionar no cenário político-econômico internacional e conseguir deter o irreversível processo de deslocamento do eixo da economia mundial, da América do Norte para a Ásia, que cresce proporcionalmente ao fortalecimento de duas grandes potências asiáticas, China e Rússia. A cada ano, incorporam e respondem por percentuais, cada vez mais expressivos da economia mundial. Nesse sentido, a liderança exercida pelo Brasil na América do Sul, com aproximação a governos não alinhados com a política norte americana, como Venezuela, Bolívia e Equador e a interlocução junto a outras nações de outros blocos como Irã, Rússia e China, pode ter acendido um alerta no governo norte americano que sempre teve o Brasil como País subserviente e alinhado à sua política.

**“se afastou radicalmente das lutas sociais, cooptou movimentos sociais e lideranças sindicais, com a finalidade de sabotar a reação da classe trabalhadora através das greves...”**

Desse modo, se considerarmos a semelhança do modus operandi aplicado no movimento chamado de Primavera Árabe, que sacudiu e desestabilizou países como Egito, Líbia e Síria, com os movimentos que vêm ocorrendo no Brasil desde 2013, fica difícil não admitir que haja alguma interferência do governo norte americano, tendo em vista ser os Estados Unidos um dos principais beneficiários dessa paralisa da economia que já se arrasta desde 2014.

Retornando ao caso brasileiro, vale a pena recordar a trajetória de um dos maiores partidos políticos da América Latina, o Partido dos Trabalhadores, que foi forjado nas grandes greves do ABC paulista nos anos 80, e atuou como peça importantíssima no processo de derrubada

da cruel ditadura militar de 64. No entanto, ao assumir o governo em 2002, no lugar de tentar liderar um processo de reparação de séculos, de exploração e expropriação do patrimônio público pelas elites endinheiradas, e buscar construir um governo protagonizado pela classe trabalhadora, optou por atuar como colchão d'água e frear o avanço da luta dos



trabalhadores por mais direito, aliando-se, em nome da tal “governabilidade”, a velhas figuras da política brasileira como Sarney, Renan, Collor, Maluf e Barbalho, dentre outros. O resultado dessa aliança jamais poderia ter sido diferente, foi a reimplantação da odiosa política econômica de FHC (juros altos, metas de inflação, superávit primário e arrocho salarial), onde uma das principais diferenças consistiu na reformulação e ampliação do alcance de alguns programas sociais. Porém, a essência continuou sendo a mesma, ou seja, privatizou, terceirizou, fez reforma da Previdência, retirou direitos, reprimiu trabalhadores e movimentos sociais.

## Diretoria Executiva Colegiada do SINDJUF-PA/AP - Triênio 2016/2019

- **COORDENADORES GERAIS:** Antonio Augusto Ferreira da Mota (TRT-PA) / Arcelino Geraldo de Barros Filho (JF-PA) / Claudio Luiz Santos Silva (TRE-PA).
- **COORDENADORES DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO:** Jacqueline Chaves de Almeida (TRT-PA) / Omar Lameira Costa (TRE-PA).
- **COORDENADORES DE COMUNICAÇÃO:** Moisés Silva Campos (TRE-AP).
- **COORDENADORES DE FORMAÇÃO SINDICAL E SINDICALIZAÇÃO:** Ângelo Pio Passos Neto (TRE-PA) / Herculano Wanderlin da Silva Gibson (TRT-AP).
- **COORDENADORES DE ASSUNTOS JURÍDICOS:** Jeefson Amparo de Menezes (TRE-PA) / Maria José Borges Paixão (TRT-PA).
- **COORDENADOR DE ASSUNTOS SÓCIO-CULTURAIS:** Paulo Rubens de Jesus Teixeira (TRT-PA).
- **COORDENADOR REGIONAL DO BAIXO-AMAZONAS:** César Augusto Savino de Sousa (JF-PA).
- **COORDENADOR REGIONAL DO SUL DO PARÁ:** José Wilson Fernandes de Sousa (TRE-PA).
- **COORDENADORES REGIONAIS DO AMAPÁ:** Alexandre Azevedo dos Santos (JF-AP) / Francisco das Chagas Silva Barros (TRE-AP) / Ubiratan Maciel Monteiro (TRT-AP).
- **Jornalista:** Tainá Lima. / ■ **Diagramador:** Delson Mendes. / ■ **Colaborador:** Ângelo Pio Passos Neto (TRE-PA). / ■ **Tiragem:** 1.000 exemplares.



## Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá - SINDJUF-PA/AP

■ **SEDE:** Rua Bernal do Couto, 1089 - Umarizal - CEP: 66055-080 - Belém/PA  
Fones: (91) 3241-6330 / 3241-6300 / 0800-280-7969 / Site: [www.sindjuf-paap.org.br](http://www.sindjuf-paap.org.br)  
Emails:

[adm@sindjuf-paap.org.br](mailto:adm@sindjuf-paap.org.br) / [comunicacao@sindjuf-paap.org.br](mailto:comunicacao@sindjuf-paap.org.br) / [juridico.sindjufpaap@gmail.com](mailto:juridico.sindjufpaap@gmail.com)

Site Assessoria Jurídica do SINDJUF-PA/AP: [www.itdp.adv.br](http://www.itdp.adv.br) / [www.facebook.com/itdpadvocacia](http://www.facebook.com/itdpadvocacia)

■ **SUBSEDE:** Rua Novo Horizonte, 404 - Santa Inês - CEP: 68901-510 - Macapá/AP  
Fone: (96) 3225-1308  
Email: [subsede@sindjuf-paap.org.br](mailto:subsede@sindjuf-paap.org.br)

**Venha para o Sindicato. Filie-se e faça parte desta luta!**



É importante lembrar que à medida que o PT fazia “caixa” à custa das “generosas” doações das máfias empresariais, também destinava farto percentual dos recursos públicos (que tanta falta fizeram à educação e à saúde pública) para engordar as receitas de uma imprensa familiar, elitista e lesa-pátria, que se utiliza de concessões públicas de rádio e televisão, como instrumento de alienação da população e combate a toda luta por ampliação de direitos. E, assim, o PT se afastou radicalmente das lutas sociais, cooptou movimentos sociais e lideranças sindicais, com a finalidade de sabotar a reação da classe trabalhadora através das greves, provocando dessa forma um nivelamento por baixo com o que havia de mais espúrio na política brasileira.

Apesar de aplicar o receituário da política de arrocho dos governos que o sucedeu, o governo do PT, ao contrário dos demais, fez algumas concessões, entre elas, a ampliação de programas sociais, como forma de manter parte do eleitorado. No entanto, como essas políticas se transformaram em um fim, em si mesmo, não desaguando em políticas de estado voltadas para o combate à sonegação dos grandes grupos empresariais e à redução do abismo social, que separa uma pequena

elite de milionários da grande maioria da população, formada por assalariados, subempregados e desempregados que precisam se desdobrar para sobreviver com uma renda que muitas vezes não atinge sequer o teto do salário mínimo.

Hoje, a luta insana que é travada entre o governo e setores da velha direita, representada pelos grandes empresários, banqueiros e partidos tradicionais oriundos da ditadura, que paralisa o país e sacrifica toda a população com a desaceleração da economia, o aumento da inflação e a elevação das taxas de desemprego, é uma falsa polarização que visa tirar a atenção do ataque em curso contra nossos direitos, uma vez que ambos os lados são defensores de um mesmo projeto, e ora se enfrentam para decidir quem continuará a gerenciar os interesses dos grandes grupos econômicos. De fato, há um golpe em curso, porém, o principal destinatário desse golpe são os direitos e interesses dos trabalhadores, esse é o golpe que precisa ser enfrentado.

O que fica evidente em tudo isso é que o PT não representa os trabalhadores e o PSDB, o PMDB, ou qualquer alternativa da velha direita representam exclusivamente os interesses de uma elite econômica que,

desde Cabral, se utiliza do espaço e dos recursos públicos como extensão dos seus interesses pessoais. Assim, os trabalhadores não têm nada a ganhar nem com o fica Dilma e muito menos com a oposição oportunista da velha direita, uma vez que todos eles representam o mesmo projeto, que quer retirar direitos e que massacra trabalhadores há vários anos, nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

Por outro lado, não é possível ignorar o grau de apodrecimento da estrutura política brasileira quando se sabe que toda a linha sucessória do governo, sem exceção, está sendo investigada na Operação Lava-Jato: Michel Temer, Eduardo Cunha e Renan Calheiros são acusados de receber propina, eleger-se com dinheiro sujo da corrupção, manter contas secretas no exterior, entre outros crimes. Aécio Neves, que cinicamente se apresentava como alternativa, é simplesmente um dos políticos mais vezes mencionado nas investigações, o que evidencia o caráter de quadrilha dos grupos, que se digladiam pelo poder.

**Nesse contexto, a postura mais coerente que podemos assumir é a opção pelo: FORA TODOS!**

# Apesar da marca de 6 milhões de processos em tramitação, PJe ainda é um desafio para usuários

Por Tainá Lima  
Jornalista do SINDJUF-PA/AP

O sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) superou a marca de 6 milhões de processos em tramitação em todo o País. A informação é da Secretaria de Tecnologia da Informação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que informou que do total de, aproximadamente, 7,5 milhões de processos eletrônicos em tramitação, em todo Poder Judiciário, 6,3 milhões são da Justiça do Trabalho, representando 84% dos feitos.

Instalado em 2011, o PJe-JT é utilizado pelos 24 Tribunais Regionais do Trabalho. De acordo com as estatísticas, o número de usuários vem aumentando, com o registro de mais de 965 mil usuários em 2016.

Apesar da expansão, o programa ainda requer adaptações e melhorias, principalmente porque ainda apresenta dificuldades de acesso para os usuários: servidores, advogados e magistrados.

## Os usuários

A Advogada Raquel Braga, conta que teve dificuldades para instalar o programa em casa. Após tentativas, sem sucesso, a advogada precisou contratar um técnico para realizar o serviço.

“Tive que chamar um técnico de informática para baixar o programa, só sei que a instalação demorou uma tarde inteira”, conta Raquel.

A advogada também conta que quando há manutenção técnica no sistema, os processos ficam inacessíveis. Pela resolução 136/2014 do CNJ, se o sistema ficar fora do ar por 1h durante o dia, aquele dia é repostado para o advogado, que não tem prejuízo com prazo a cumprir.

Apesar disso, Raquel avalia o PJe de forma positiva, principalmente pela praticidade. “Não preciso sair de casa para peticionar, apresentar contestação, etc. Tenho acesso ao processo no sábado, domingo, a qualquer hora. Ou seja, diferente do processo físico o qual só tenho acesso nos dias e horários de expediente”.

Jonathan Soares, também é usuário do PJe, o servidor do TRT-8ª, considera que a principal dificuldade do PJe é a instabilidade do sistema. “Muitas vezes o sistema acaba travando”, conta ele. Jonathan acredita que a carência de orientação quanto a utilização do sistema, que já sofreu sucessivas atualizações, prejudica ainda mais o trabalho de quem depende do PJe.

“Nós temos que resolver os nossos problemas de maneira auto didática e intuitiva porque os treinamentos que aconteceram foram logo no início, na verdade, antes da implementação do PJe, sendo que nesse decorrer de quase dois anos de funcionamento não houve uma atualização, porque o PJe já sofreu várias alterações e os servidores não foram devidamente treinados para isso, as informações que existem sobre isso é através de e-mail, o que não é uma ferramenta

adequada de comunicação.”, reclama o servidor.

A diretora de secretária da 6ª vara do Trabalho de Belém, Rosália de Fátima de Oliveira, também considera o PJe um desafio. De acordo com ela o sistema foi implantado nas Varas Trabalhistas de Belém em outubro de 2013 e a cada nova versão vem melhorando. Mesmo assim, as atualizações não correspondem completamente as necessidades dos servidores. Segundo Rosália, a mais nova versão do PJe, não comporta ferramentas importantes contidas no programa anterior.

“Com essas novas versões, nós perdemos uma ferramenta importante em relação a consulta de processo de terceiros, por exemplo, em determinada consulta anteriormente nós tínhamos que ter um campo de preenchimento e agora temos a exigência de três, antes bastava um ou dois dados, hoje exige três dados, além de que tem um período mínimo de seis meses e a natureza da matéria, isso dificultou a consulta de outros processos”, conta Rosália.

Apesar das dificuldades, Rosália acredita que o processo de modernização não tem volta, e que é necessário que o servidor se acostume com os desafios trazidos por essas novas tecnologias.

## Grupo de Apoio ao PJe

Mário Gonçalves, é atendente do grupo de apoio ao PJe no TRT-8ª. O grupo foi criado para dar suporte e orientações aos usuários internos e externos, que possuem dificuldades de acesso ao sistema.

De acordo com ele, os advogados que chegam até o grupo são orientados de que forma devem atuar nos processos de 1º Grau, e como devem anexar documentos, uma das maiores reclamações, já que exige observar detalhes previstos na resolução de nº 136/2014.

Segundo Mário, no início da implantação foram realizados cursos de aprendizagem. Até o ano passado houve cursos de 1º e 2º grau, mas devido as dificuldades financeiras do Tribunal, esse ano ainda não houve nenhum curso. “Tem que contratar servidores de outros regionais para ministrar cursos e isso tem ônus, mas qualquer dificuldade que o servidor tem ele pode tirar as dúvidas por aqui.”, diz Mário.

Mário explica que as versões do PJe vão se atualizando, corrigindo o erro da versão anterior. Em 2015, o CNJ lançou a versão 2.0 do sistema, criado para unificar a tramitação processual eletrônica em todo o país. Entre os principais avanços da nova versão estavam previstos a revisão de arquitetura, a unificação de versões, a revisão da usabilidade e o padrão de acessibilidade para pessoas com deficiência, assim como um modelo de desenvolvimento colaborativo.

De acordo com Mário a versão 2.0 ainda está em projeto, e gradativamente será feito

as melhorias até chegar nela. “Ela não vai ser definitiva, ainda vai ter outra e vai ficar melhorando. O PJe é um processo que nunca vai chegar na perfeição, sempre vai estar se aperfeiçoando.”, acredita o servidor.

## OAB pede 63 alterações no PJe

Em 2013, o então presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho apresentou Pedido de Providências, ao presidente do Conselho Nacional de Justiça, na época, ministro Joaquim Barbosa, requerendo 63 alterações no Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

O documento foi elaborado com base no trabalho de pesquisa realizado pela Comissão Especial de Direito da Tecnologia.

### Dentre as providências requeridas pela OAB estão:

■ **1** - Interromper a exigência da ampliação nas unidades ou, no mínimo, reduzir velocidade da instalação do PJe em novas unidades através de progressão obrigatória, e não apenas “mínimas”, evitando a instalação açodada e bastante excessiva das metas (ex. Justiça do Trabalho);

■ **2** - Definir parâmetros obrigatórios a serem observados para a implantação do PJe em novas unidades (por exemplo, percentual mínimo de advogados com certificados digitais, quantidade mínima de treinamentos de capacitação, localidade atendida por no mínimo 3 serviços de internet fixa sem considerar internet móvel devido à instabilidade e precariedade, velocidade mínima da internet na localidade, qualidade da internet disponível na localidade, preço acessível dos serviços de internet, disponibilizar suporte presencial permanente na Vara, suporte telefônico compatível com a demanda e com tempo máximo de espera para atendimento etc.);

■ **3** - Definir como obrigatória a divulgação da implantação do PJe através de cartazes nos fóruns (tanto da própria JT como em outros órgãos do Judiciário na localidade), publicações no Diário Oficial/Justiça, comunicação à OAB, tudo com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias (atualmente apenas divulgam cronogramas no site, que não é comunicação oficial e não existe obrigatoriedade de consulta pelos advogados, além da possibilidade de alterações inesperadas);

# Entrevista: Tire suas dúvidas sobre o processo de redução da jornada de trabalho no TRE-PA

*A Assessoria Jurídica do Sindjuf-PA/AP, em entrevista, falou sobre o processo (nº 4.731/2014) da redução da jornada de trabalho no TRE-PA. Vários Tribunais já aderiram a redução, como é o caso do TRE do Amapá.*



**Sindjuf-PA/AP - Qual o argumento utilizado pelas administrações para a manutenção da jornada de 7h?**

**Ass. Jurídica** - As Administrações dos Tribunais fundamentam as 7h de expediente na Resolução nº 88/2009 do Conselho Nacional de Justiça, que faculta a fixação da jornada em 7 horas diárias.

Mas, acima desta norma, há no art. 19 da Lei 8112/1990 (RJU) a previsão jornada mínima de 6h e máxima de 8h, o que confere discricionariedade às Administrações, que devem cotejar todos os aspectos favoráveis a esta redução, que não são poucos.

**Sindjuf-PA/AP - Quais os benefícios da redução da jornada de trabalho para os servidores, para a população e também para a Administração?**

**Ass. Jurídica** - A redução da jornada de trabalho para 6h eleva a qualidade de vida dos servidores, reduzindo a ocorrência de doenças relacionadas ao trabalho e decorrentes do horário prolongado, permitindo também mais tempo para qualificação pessoal e para o convívio com a família.

Ao serviço público a redução da jornada também traz benefícios, eis que o labor mais eficiente impulsionaria os indicadores de produção, assim como o horário reduzido traria consigo economia quanto à energia elétrica, uso de água, dentre outros gastos da Administração. Além disso, as faltas ao trabalho por motivo de doença diminuem o que gera maior produtividade e, como consequência, a prestação de serviço mais eficiente.

Em relação à população não se observa qualquer prejuízo, eis que garantida a jornada legal, posto que maior disposição, produtividade e eficiência por parte dos servidores, comprovam que a produtividade laboral nem sempre está relacionada ao tempo gasto no trabalho.

**Sindjuf-PA/AP - Em época de economia, a redução da jornada não seria uma saída para a contenção de despesas desnecessárias?**

**Ass. Jurídica** - A redução da jornada representa importante papel na

contenção dos gastos públicos, pois hoje a Administração busca cada vez mais uma gestão eficiente, com uso racional de recursos e mão de obra, pelo que as 6 horas diárias de serviço se enquadra perfeitamente nesse conceito.

**Sindjuf-PA/AP - Quais as maiores dificuldades para que a redução seja implantada no Pará também?**

**Ass. Jurídica** - Não há dificuldades estruturais ou legais, pois apesar da redução de horário, há garantia da qualidade e eficiência dos serviços desenvolvidos.

Além disso, vários outros Regionais já adotaram tal prática, dentre eles: TRE de AL, BA, CE, GO, MA, MT, SE, RJ, AP, MS.

E mais, de acordo com os dados divulgados pelo CNJ, por meio do Relatório Justiça em Números, o TRE de Mato Grosso, realizando uma jornada de trabalho de 6 horas, ficou em primeiro lugar no país no índice que mede o desempenho de média de processos baixados, corroborando que a redução de jornada é um ótimo instrumento de gestão para o órgão aumentar a sua produtividade.

**Sindjuf-PA/AP - Como está o processo no Pará?**

**Ass. Jurídica** - Os autos estão conclusos à relatora, Des. Célia Regina de Lima Pinheiro, desde o ano passado aguardando inclusão em pauta de julgamento para apreciação do Recurso Administrativo interposto pela Assessoria Jurídica do SINDJUF-PA/AP.

**Sindjuf-PA/AP - Essa medida não prejudicaria o período eleitoral? A exemplo de outros tribunais, de que forma a administração do TRE-PA poderia implantar a redução mesmo em períodos de eleição?**

**Ass. Jurídica** - O período eleitoral - compreendido entre 1º de abril a 30 de novembro - não entra na redução de horário proposta pelo sindicato, eis que nesse interstício os trabalhos voltariam ao horário normal de 7 horas, além das horas extras habituais nesses períodos, que garantem o sucesso do sufrágio.

## 9º Congrejufe chega ao fim sem discutir questões importantes para a categoria



O 9º Congresso Nacional da Fenajufe realizado em Florianópolis (SC), teve encerramento no dia 1º de maio com a posse da nova coordenação eleita para o triênio 2016/2019. Entre debates acirrados, a programação do congresso ficou limitada as discussões da Alteração estatutária e articulações para eleição da diretoria, deixando de tratar itens importantes da pauta, entre elas o reajuste salarial da categoria.

Para o coordenador geral do Sindjuf-PA/AP, Cláudio Silva, o congresso perdeu sua essência, deixando de discutir questões urgentes da categoria, para articular formação de chapa e mudança estatutária pouco significativa.

“No meu entendimento, não aconteceu o congresso, mais sim articulações para eleição da nova coordenação. A pauta praticamente não foi atendida. Nós levamos 2 dias para aprovar regimento interno e mudança estatutária e no terceiro dia de evento, o tempo foi tomado pela formação de chapas. Esse processo eleitoral, não cabe mais ser pautado no Congresso, pois as pautas de necessidades da categoria não foram debatidas e nem apreciadas. Não se discutiu nada favorável.”, analisou o coordenador.

### Alterações estatutárias

Entre as propostas de alteração estatutária aprovadas no 9º Congrejufe, está a limitação da reeleição de titulares de cargos na Diretoria Executiva da Fenajufe a dois mandatos consecutivos. Agora, o titular só poderá se reeleger uma única vez, devendo aguardar uma nova possibilidade.

### Veja os coordenadores que tomaram posse:

• **Titulares:** Helênio Porto Barros (Chapa 2); Júlio César de Oliveira Brito (Chapa 6); José Aristeia Pereira (Chapa 3); Gerardo Alves Lima Filho (Chapa 5); José Rodrigues Costa Neto (Chapa 4); Cristiano Bernardino Moreira (Chapa 2); Vicente de Paulo da Silva Souza (Chapa 6); Ronaldo das Virgens (Chapa 3); Rodrigo Ferreira de Carvalho (Chapa 5); Adriana Barbosa Rocha de Faria (Chapa 4); Erlon Sampaio de Almeida (Chapa 2); Rodrigo Gomes Peixoto (Chapa 6); Marcos José dos Santos (Chapa 1); Mara Rejane Weber (Chapa 3); Marcelo de Melo Ferreira (Chapa 5); Elcimara Augusto de Sousa (Chapa 2); Alisson Ribeiro Silva (Chapa 6)

• **Suplentes:** Edmilton Gomes de Oliveira (Chapa 3); Marcelo Rodrigues Ortiz (Chapa 5); Saulo Costa Arcangeli (Chapa 2); Adilson Rodrigues dos Santos (Chapa 2); Gláucio Luiz da Silva (Chapa 4); José Everson Nogueira Reis (Chapa 6).

### Conselho Fiscal:

• **Titulares:** Manuel Adelino; Paulo Falcão e Tauff Abreu.

• **Suplentes:** Rosilene de Matos; Cristiane Silva e José de Ribamar França.

## TRE-PA julga procedente incorporação dos 13,23% a remuneração dos servidores



Os servidores do TRE Pará comemoram a decisão do Pleno que julgou, por unanimidade, no dia 10/05/16, procedente o processo administrativo referente a incorporação do percentual de 13,23%. O relator do processo, Excelentíssimo Juiz Altamar da Silva Paes, votou pela procedência do caso, determinando que o percentual seja incorporado sobre a remuneração dos servidores.

A Advogada do Sindjuf-PA/AP, Dra. Lara Iglezias foi quem fez a sustentação oral, explicando que o percentual representa uma adequação de índice inflacionário, previsto em lei, e não um reajuste a remuneração dos servidores.



Lara destacou ainda que a categoria não possui reajuste anual e quando obteve, em 2003, teve revisão geral diferenciada. Já que na época, os servidores públicos federais com menor remuneração obtiveram 14,23% de revisão geral, enquanto os servidores do Poder Judiciário da União foram beneficiados com 1%.

A advogada requereu ao Plenário a extensão a todos os servidores do Tribunal, a fim de corrigir o erro, que por mais de 13 anos concedeu revisão geral diferenciada a servidores da mesma categoria.

A direção do Sindicato agradece a categoria que compareceu em grande número ao Plenário do TRE-PA, mostrando que quando direção e categoria atuam juntos há mais probabilidade de sucesso.

## Reconhecimento dos 13,23% pela maioria dos tribunais superiores, abre caminho para a incorporação do benefício a toda categoria

Por Tainá Lima  
Jornalista do SINDJUF-PA/AP

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou, no dia 26 de abril, por unanimidade, a manutenção da implementação do percentual de reajuste de 13,23% aos servidores da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Recentemente, o TST aprovou resolução semelhante para conceder aos servidores da Corte o percentual em caráter administrativo.

O Conselho da Justiça Federal também aprovou, por unanimidade, no dia 7 de abril, o reconhecimento do direito à remuneração de seus servidores.



A decisão, no entanto, ficou condicionada à existência de verba orçamentária, que ainda não está disponível.

Diversos tribunais vêm incorporando os 13,23% em harmonia com a implementação administrativa deferida pelo Tribunal Superior do Trabalho que, tendo por base decisão judicial, concedeu aos seus servidores o percentual de 13,23%, posicionando-se pelo reconhecimento de que realmente houve a revisão geral anual diferenciada, em razão das leis 10.697/2003 e 10.698/2003, justificando ainda que não pode perdurar situação desigual para servidores na mesma condição, com parcela da categoria recebendo os 13,23% e outra não.

Com as decisões favoráveis aumentam as chances da incorporação dos 13,23% para toda a categoria, que continua na luta para que o pagamento da

incorporação seja efetivado, assim como do retroativo.

A FENAJUFE, vem trabalhando junto aos Tribunais Superiores, já que, assim, a extensão pelos Regionais fica mais tranquila de ser aplicada pelas Administrações.

Além do TST e do STJ, o STM, CNMP, TRE-AM, TRT4ª Região, TJDF, TRE-PE, TRF1ª e 5ª Regiões, TRE-AP, TRE-MS, CJF e TRE-PB, já decidiram de modo favorável administrativamente e estenderam a seus servidores. E, com a decisão do CSJT pela edição de resolução para estender aos servidores da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, resta claro que todos os

Regionais do Trabalho aplicarão a norma.

### Entenda a ação ajuizada pelo Sindjuf-PA/AP

O Sindjuf-PA/AP foi um dos primeiros sindicatos do Brasil a ajuizar a ação, em 2007, perante a Justiça Federal do Amapá, tombada sob o nº 0002350-61.2007.4.01.3100.

A ação já foi julgada em 1ª instância, em outubro de 2010 e, como ocorreu na maioria dos Regionais Federais, os pleitos foram indeferidos. Assim, o sindicato interpôs Apelação ao TRF-1ª Região, porém a 1ª Turma, em dezembro de 2013, negou provimento ao recurso. Mais uma vez, o Sindicato interpôs Recursos Especiais e Extraordinário, mas os autos estão sobrestados no TRF-1, aguardando julgamento de Recurso Representativo da controvérsia no STJ.

## A Executiva do Sindjuf realizará oficina de planejamento estratégico em maio



Em razão da necessidade de melhor estrutura e organização das ações da entidade, com vistas a garantir mais eficiência e eficácia dessas ações junto à categoria, a Diretoria Executiva do Sindjuf irá realizar no dia **26 de maio**, oficina de planejamento estratégico da Entidade.

O evento busca implementar boas práticas de gestão na coordenação da entidade e garantir o alinhamento entre as principais ações da executiva, com os objetivos definidos pela categoria, tornando-os compatíveis com a estrutura disponível no momento, buscando apoio para a formulação de objetivos e execução de projetos que fortaleçam o Sindicato e suas bases.

A oficina será realizada na sede do Sindicato. Em breve, mais informações sobre o evento serão divulgadas. Aguarde.



## Sindjuf-PA/AP tem novo Conselho Fiscal

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 20 de abril, na sede do Sindjuf-PA/AP, a categoria elegeu os membros do novo Conselho Fiscal, que irá fiscalizar a gestão financeira da Diretoria Executiva do Sindjuf-PA/AP, triênio 2016-2019.

De acordo com o Estatuto da Entidade, o Conselho Fiscal deve ser composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes. Durante a Assembleia os servidores puderam votar em três candidatos da sua preferência.

**Veja como está formado o novo Conselho Fiscal do Sindjuf-PA/AP, gestão 2016-2019:**

**Membros Efetivos:** Marco Antônio, Jorge Monteiro e João Alves.

**Membros Suplentes:** Marco Van Meyl, Carlos Augusto Barros (Canarinho) e Roberto Paulo.

## Entidades realizam ato em prol da Justiça do Trabalho

Trabalhadores e várias entidades, entre elas o Sindjuf-PA/AP, estão mobilizados contra a ameaça de extinção da justiça do trabalho e dos direitos trabalhistas. No dia 13 de maio eles realizaram um grande ato público em frente à sede do TRT-8ª. O objetivo foi denunciar a grave situação financeira que vem passando a Justiça do Trabalho, em todo país. A situação foi gerada depois que o orçamento destinado à Justiça trabalhista, foi cortado da Lei Orçamentária Anual 2016.

O movimento pretendeu denunciar à sociedade que a redução da verba, afetará os interesses dos trabalhadores de todo Brasil, já que investimentos e a expansão dos atendimentos já estão prejudicados, gerando uma demora ainda maior no andamento dos processos trabalhistas.

O evento teve apoio das Entidades que congregam trabalhadores do judiciário federal, advogados, juízes e desembargadores.

## Aconteceu...

### Coordenador do Sindjuf-PA/AP participa de posse de juízes no TRT-8ª



O coordenador Antônio Mota, representando o Sindjuf-PA/AP, participou da Cerimônia Solene de Ratificação de Posse dos Juízes do Trabalho Substituto, aprovados no concurso C-334, que ocorreu no dia 22 de março, no Auditório Aloysio da Costa Chaves, no prédio sede do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Tomaram posse os Juízes Lucas Cilli Horta, Bruno Occhi, Ana Paula Toledo de Souza Leal, João Paulo de Souza Junior, Márcia Cristina de Carvalho Wojciechowski Domingues, Pedro de Meirelles, Julio Bandeira de Melo Arce, Luana Madureira dos Anjos e Francieli Gusso Lohn.

## Novas filiações

A Diretoria Executiva do Sindjuf-PA/AP, gestão "Renovação", agradece aos servidores que nos últimos dois meses buscaram a entidade para se filiarem. As recentes filiações marcam um novo período para o nosso Sindicato, que recentemente passou por uma mudança em sua gestão. A participação e apoio da categoria é muito importante para o processo de luta dos servidores.

**Filie-se! Venha para o Sindicato.**



**Plenário encerra mais uma sessão sem votar PL 2648**

A Câmara dos Deputados, mais uma vez, encerrou sessão extraordinária, no dia 03/05, sem votar o mérito do PL 2648, projeto de recomposição salarial dos servidores do Judiciário Federal. Os parlamentares aprovaram apenas os regimes de urgência para os projetos de reajuste salarial do Ministério Público da União (433 votos a 8) e do Supremo Tribunal Federal (399 a 20). Este último aumenta os subsídios dos ministros do STF para R\$ 39.293,38 a partir de 1º de janeiro de 2016.

FILIE-SE JÁ !

PARTICIPE !

LUTE !

CONQUISTE !



# Unir para Lutar!

Venha  
com a gente.  
**SINDICALIZE-SE!**

## • Quem é o SINDJUF-PA/AP?

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal dos Estados do Pará e Amapá - Sindjuf-PA/AP é uma entidade sem fins lucrativos que defende os interesses e direitos dos trabalhadores da Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Justiça Militar.

O Sindicato, por meio de assembleias com a categoria, organiza mobilizações e negociações com o governo federal e administrações dos Tribunais para manutenção e garantia de direitos e melhorias das condições de trabalho.

## • O Sindicato tem dono? Como funciona?

É uma entidade que pertence aos servidores, o Sindjuf defende a categoria por meio de uma direção, eleita democraticamente pelo conjunto de sindicalizados da base. Esses representantes, autorizados pela categoria, passam a negociar reivindicações a fim de obter conquistas para os servidores do judiciário federal.

Fortaleça  
seu Sindicato.  
**Fique Sócio!**

Quem luta  
conquista.  
**SINDICALIZE-SE!**

## • Que tipo de lutas são essas?

O Sindjuf-PA/AP luta há 18 anos para conseguir junto ao governo e as administrações direitos como reajuste salarial; isonomia; valorização profissional; aumento nas gratificações e criação de cargos nos Tribunais. Vem combatendo também o desvio de função, assédio moral, assédio sexual e sobrecarga de trabalho.

## • Por que é importante ser sindicalizado?

A participação sindical é mais que uma posição política é uma postura pela defesa dos próprios direitos. Quando você participa e contribui com o Sindicato, organizando e levando as reivindicações do seu local de trabalho, acompanhando as assembleias e o trabalho da diretoria, você faz um Sindicato forte, com maiores possibilidades de negociação, que reflete na ampliação de seus direitos, segurança do seu cargo e melhor condição de saúde.

Faça parte  
desse time.  
**SINDICALIZE-SE!**

## • Como faço para me sindicalizar?

Converse com os seus colegas de trabalho, filiados ao Sindjuf-PA/AP, e informe-se sobre as atividades desenvolvidas pelo Sindicato. Você pode solicitar a sua filiação via e-mail, correspondência postal ou modo presencial.

Nossa sede fica em Belém/PA na Rua Bernal do Couto, 1089, Umarizal, CEP: 66.055-080. A subsede, em Macapá/AP, está localizada na Rua Novo Horizonte, nº 404 – Santa Inez.

Você encontra a nossa ficha de filiação no site da entidade [www.sindjuf-paap.org.br](http://www.sindjuf-paap.org.br), após preenchê-la envie a solicitação para um de nossos e-mails: [adm@sindjuf-paap.org.br](mailto:adm@sindjuf-paap.org.br) / [subsede@sindjuf-paap.org.br](mailto:subsede@sindjuf-paap.org.br). Para mais informações ligue para a sede (91) 3241-6330 / 3241-6300 / 0800-280-7969 ou subsede (96) 3225-1308.

Unidos somos  
mais fortes.  
**FILIE-SE!**

*Trabalhador(a) unido(a), luta e conquista através do Sindicato!*